



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**CAMPUS CHAPECÓ**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**MATHEUS DO NASCIMENTO PETTER**

**AS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA COOPERATIVA**

**COOPER FAMILIAR NO PERÍODO DE 1995 A 2010.**

**CHAPECÓ 2018**

**MATHEUS DO NASCIMENTO PETTER**

**AS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA COOPERATIVA  
COOPER FAMILIAR NO PERÍODO DE 1995 A 2010.**

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva

**CHAPECÓ 2018**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Petter, Matheus do Nascimento  
AS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA  
COOPERATIVA COOPER FAMILIAR NO PERÍODO DE 1995 A 2010. /  
Matheus do Nascimento Petter. -- 2018.  
34 f.

Orientador: Doutor Claiton Marcio da Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de ,  
Chapecó, SC , 2018.

1. Agricultura Familiar. 2. Cooperativismo. 3.  
Economia Solidária. 4. Políticas governamentais. I.  
Silva, Claiton Marcio da, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MATHEUS DO NASCIMENTO PETTER

AS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA COOPERATIVA  
COOPER FAMILIAR NO PERÍODO DE 1995 A 2010.

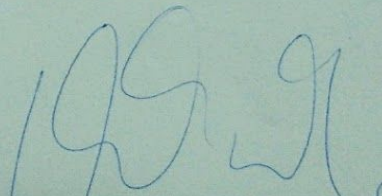
Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

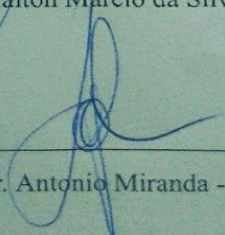
13/12/2018

BANCA EXAMINADORA



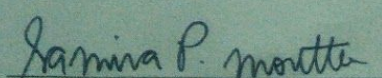
---

Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva - UFFS



---

Prof. Dr. Antonio Miranda - UFFS



---

Prof. Dr. Samira Moretto - UFFS

## RESUMO

A agricultura familiar no Brasil pode ser considerada a mais importante fonte de alimentos para o país. Mesmo assim, consideramos que as políticas governamentais não foram destinadas na proporção adequada para essa área. Diante dessa situação restou aos pequenos produtores buscar formas de organização para não sucumbir, e uma das formas encontradas foi o cooperativismo. A presente pesquisa busca analisar como dois governos com pensamentos econômicos diferentes influenciam no fomento desse modo de organização social. Através da análise das atas da Cooperativa Cooper Familiar, utilizando o recorte temporal de 1995 a 2010, é possível observar como essas políticas são benéficas ou prejudiciais para o desenvolvimento de uma agricultura familiar forte e com ideais agroecológicos.

**Palavras Chaves:** Agricultura Familiar, Cooperativismo, Economia Solidária, Políticas governamentais

## ABSTRACT

Family farming in Brazil has always been the most important source of food for the country, yet government policies have not been allocated in the right proportion for this area, in the face of this situation it remained for small producers to seek ways of organizing not to succumb, one of the ways found was cooperativism. The present research seeks to analyze how two governments with different economic thoughts influence the promotion of this mode of social organization. Through the analysis of Cooper Family Cooperative minutes, using the time cut from 1995 to 2010, it is possible to observe how these policies are beneficial or harmful to the development of a strong family agriculture with agroecological ideals.

**Keys Words:** Family Farming, Cooperativism, Solidarity economy, Government Policies.

## LISTA DE SIGLAS

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Aplicada.....	8
ACI - Associação Cooperativa Internacional.....	10
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária.....	12
OCESC - Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina .....	13
PROESTE - Projeto Integrado de Desenvolvimento das Cooperativas do Oeste.....	15
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.....	16
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.....	17
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	18
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.....	19

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I: AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>11</b>
COOPERATIVISMO	14
ECONOMIA SOLIDÁRIA	19
<b>CAPÍTULO II: O COOPERATIVISMO EM SANTA CATARINA</b>	<b>24</b>
OS PRIMEIROS PASSOS DA COOPER FAMILIAR	25
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO GOVERNO LULA DE 2003 A 2010	28
ECONOMIA SOLIDÁRIA	31
UM COMPARATIVO ENTRE OS GOVERNOS FHC E LULA	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>34</b>



## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um dos importantes pilares da economia brasileira. Desde os primeiros passos da conquista e colonização europeia, ela foi responsável por produzir o sustento das pessoas que trabalhavam nas grandes plantações monocultoras. O processo de colonização, império e república contou com essa presença constante da agricultura familiar, como responsável pela produção de alimentos para o consumo diário.

Mesmo com toda essa importância, muitas vezes a agricultura familiar foi deixada de lado pelas políticas governamentais, que na maioria das oportunidades deu mais relevância para produção em larga escala de um determinado produto. Com essa situação os agricultores familiares, começaram a pensar e desenvolver alternativas; e uma das alternativas foi a criação de cooperativas, que possibilitaram a esses produtores uma melhor condição de disputa de mercado.

Com o tema As Influências das Políticas Governamentais na Cooperativa Cooper Familiar no Período de 1995 a 2010, esse trabalho busca compreender como os pequenos agricultores da região de Chapecó se organizaram através da cooperativa Cooper Familiar para conseguir ter melhores condições de renda e assim se manter no campo.

O trabalho será desenvolvido a partir da análise das atas da cooperativa, especificamente as atas do conselho administrativo e as atas de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, durante o recorte temporal de 1995 a 2010. Os materiais escolhidos para a análise foram escolhidos devido a sua importância, e por conter diversos detalhes das discussões que estiveram presente no dia a dia da cooperativa. O recorte temporal coincide em nível nacional com os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), e com isso estabelecer comparativos entre governos com pensamentos que se diferenciam, tanto no âmbito municipal quanto no federal.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho será a partir de um visão da

história de acordo com Thompson, que coloca essas relações como intrínsecas dentro da sociedade. Segundo Thompson “Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares” (Thompson, 1981, p. 111).

No primeiro capítulo vamos trabalhar com alguns conceitos básicos sobre agricultura familiar, cooperativismo e economia solidária. Esses conceitos são de grande importância para que possamos compreender a realidade de nosso objeto de pesquisa, pois o mesmo trata-se de uma cooperativa de agricultores familiares que fomenta o processo de conscientização para a economia solidária, para isso buscarei fazer uma abordagem geral sobre esses temas.

O segundo capítulo terá um enfoque maior na formação do cooperativismo no oeste de Santa Catarina, a fundação da Cooperativa Cooper Familiar e as influências das políticas governamentais sobre essa forma de organização social. Assim vamos poder entender melhor a influência dos movimentos sociais sobre a cooperativa, em especial o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que foi o local onde foi dado os primeiros passos para pensar a Cooper Familiar, além disso serão analisados os impactos das políticas desenvolvidas pelos governos federais e municipais.

## CAPÍTULO I: AGRICULTURA FAMILIAR

Dentre as diversas definições básicas sobre agricultura familiar, consideramos importante utilizar a definição Mazoyerb que é voltada para um viés mais técnico e afirma que:

O sistema social produtivo (ou sistema técnico e social) é composto por meios humanos (força de trabalho, saber e saber fazer), por meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) de que a população agrícola dispõe para desenvolver as atividades de renovação e exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer diretamente (por autoconsumo) ou indiretamente (pelas trocas) as suas próprias necessidades. (1997, p. 41)

Outras definições sobre a agricultura familiar são importantes para a nossa análise: para Tedesco a agricultura extrapola apenas o meio técnico, é uma classe social que influencia diretamente a sociedade inclusive os meios urbanos, e por isso define:

a agricultura familiar tão em evidência hoje no campo político, econômico, cultural e social, manifesta a dinâmica dos novos processos sociais que perpassam o meio rural/agrícola. Sua inserção nas formas sociais capitalistas, suas redefinições, rupturas e continuidades, a associação entre a família, terra e trabalho, exteriorizam a heterogeneidade dos processos sociais englobantes (2001, p.11).

Mas essas não são as únicas definições sobre agricultura familiar. Um conceito importante para o nosso debate é o de Abromovay (1998, p. 22), que coloca a agricultura familiar, no interior das sociedades capitalistas mais desenvolvidas, como uma forma completamente diferente do campesinato clássico. Enquanto que os camponeses podiam ser entendidos como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompletos ao mercado imperfeito”, a agricultura familiar “é altamente integrada ao

mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais”. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho; que com o apoio do estado preencherá requisitos, dentre os quais fornecer alimentos, e reproduzir-se como uma forma social engajada nos mecanismos de desenvolvimento rural.

O conceito de Agricultura Familiar começa a ser desenvolvido no Brasil a partir dos anos 1990, e segundo Sérgio Schneider, isso só ocorreu devido ao fortalecimento dos movimentos sociais do campo, que lutavam por condições melhores dos trabalhadores e desenvolveram diversas ações de enfrentamento. Um dos exemplos que podemos citar é o “Grito da Terra” que até hoje busca alternativas de melhorias para os pequenos agricultores. Deve-se levar em consideração que durante a década de 1990 o país passava por um momento de grande dificuldade no setor agrícola, ocasionado pela baixa nas exportações e da falta de crédito para o pequeno produtor, essas circunstâncias levaram a população a pressionar o estado, este por sua vez, se viu obrigado a desenvolver políticas públicas voltadas a atender a demanda dos agricultores familiares.

Segundo a Lei nº 11.326/2006, podem ser considerados agricultor familiar e empreendedor familiar rural aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem áreas de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, e sua renda familiar estando vinculada a propriedade. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

No Brasil podemos fazer uma avaliação da agricultura familiar de uma forma mais direta a partir da década de 1960, pois foi nesse período que a agricultura deixou de ser em sua maior parte de subsistência – devemos levar em conta que nesse período o Brasil passou por um grande êxodo rural, e isso fez com que apenas as famílias com melhores condições econômicas permanecem no campo. Para além disso a revolução verde começou a ocupar

com maior efetividade nas políticas do governo brasileiro, fazendo com que a área da agricultura passasse a ter uma notabilidade maior. Nesse sentido é de extrema importância que saibamos a grande influência do estado nesse setor.

Lamarche (1998) define o estado é o “principal agente que pode direcionar tanto a inclusão quanto a exclusão econômica e social das parcelas importantes da população camponesa”. Destaca que o campesinato brasileiro sempre esteve confrontado sob diversas formas, ao latifúndio dominante e o contingente de pequenos agricultores disseminados no país, que sempre procurou formas de assegurar e manter sua independência. O autor ainda destaca que nesse período era evidente que o estado não estava preocupado com os pequenos proprietários, mas com uma política de aumentar suas commodities, e somente nos anos 90, com o fortalecimento dos movimentos camponeses, passou-se a pensar políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Mesmo que as políticas governamentais deixem esse setor em segundo plano em relação ao planejamento econômico, o impacto da agricultura familiar dentro da economia é muito grande: segundo dados da EMBRAPA (dados da safra 2015/2016) o pequeno agricultor ocupa um papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro produzindo mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%). Estes são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção. Portanto são fundamentais na dinâmica econômica e social brasileira.

Para fugir desses parâmetros de marginalização que são colocados, os pequenos agricultores precisam se adequar às suas realidades e produzir seu sustento. Nesse processo parte deles buscam se organizar de forma cooperativa e, dessa maneira, conseguem com maior facilidade se inserir no mercado. Os agricultores localizados próximos a grandes e médias cidades são privilegiados em relação aos demais, pois conseguem entrar nesses mercados com maior facilidade (fator relacionado principalmente ao transporte). Mas para que as cooperativas consigam se desenvolver é necessário uma organização muito grande desses agricultores, sendo o primeiro passo desse processo a pressão para com os governos

municipais, estaduais e federal, para que estes invistam em políticas de integração do campo e da cidade, criando programas onde esses agricultores possam se inserir. Os exemplos de maior destaque são as feiras públicas e os programas de compra direta dos municípios de parte da alimentação pública dos agricultores familiares.

## COOPERATIVISMO

As cooperativas modernas da forma que conhecemos hoje começam a se desenvolver, principalmente na Europa em meados do século XIX e se consolidam no XX. Elas surgem no contexto das grandes contradições do capitalismo e baseadas nas ideias dos socialistas utópicos. Segundo Schneider, esses fatores explicam também “as razões do surgimento de experiências cooperativas, especialmente no setor de consumo, na Inglaterra, do setor de produção industrial, na França, e do setor de crédito, na Alemanha (SCHNEIDER, 1999, p.35-36).

As transformações que ocorreram após a Revolução Industrial modificaram o mundo de forma definitiva, essa mudança acabou por marginalizar uma fatia muito grande da população, o que também fomentou a migração da população europeia para a América, com a ideia de uma melhora de vida nas terras ainda “inexploradas”. Aos que não conseguiram se enquadrar aos moldes da Revolução Industrial e nem conseguiram migrar para a América, a melhor opção era adotar o sistema cooperativo. O ano de 1844 figura como um marco para o início das cooperativas modernas com a fundação da primeira cooperativa, a “Rochdale Society of Equitable Pioneers” uma sociedade-empresa até então diferente de tudo que já se tinha visto, uma cooperativa de consumo “uma sociedade de compra e distribuição de mantimentos que buscava na capitalização das míseras economias dos seus associados, uma alternativa frente às transformações geradas pelo processo revolucionário industrial” (PEREIRA, 2012, p.15).

Os primeiros anos da Cooperativa não foram fáceis, principalmente devido a falta de confiança no modelo de organização. Holyoake menciona a “pouca fé que se abrigava nos projetos formulados pela classe trabalhadora para melhorar a sua situação. As sociedades cooperativas instituídas, em outros tempos, em Rochdale, tinham fracassado e a lembrança da sua queda estava fresca na memória de todos” (HOLYOAKE, 1933, p. 39). Para superar essa desconfiança algumas medidas foram tomadas como a venda somente à vista e a outra foi ter uma margem de lucro, pois sem ele não conseguiriam se manter, mas sem adotar as práticas dos comerciantes tradicionais que muitas vezes enganavam seus clientes.

Nos primeiros anos a cooperativa não era vista com bons olhos por parte do governo, principalmente devido ao fato de seus idealizadores ter inspirações socialistas, mas logo essa visão começou a se transformar.

Ou seja, à medida que o cooperativismo se apresentasse como proposta ordeira e progressista, atuando dentro dos interesses da economia capitalista, passaria pela aceitação da sociedade civil e das instituições seculares, recebendo inclusive incentivos especiais. (PEREIRA, 2012, p. 47).

As cooperativas surgem como uma forma de organização popular que fez com que muitas pessoas conseguissem sobreviver às diversas crises do capitalismo europeu durante o século XIX, demonstrando a força da organização popular. Esse poder popular segundo seus idealizadores, colocava as pessoas a frente do capital, pois cada pessoa tinha direito a um voto, independente da condição financeira.

Dentro de um conjunto de características que o caracterizavam como um subproduto da ideologia burguesa-liberal, com objetivos bastante específicos de “adaptação” às condições de mercado, reeducação dos quadros sociais dentro de uma lógica de competição individualista, embora defenda a união como meio para se atingir um estágio superior na economia e na

acumulação capitalista. (PEREIRA, 2012, p.79).

Atualmente a ACI (Associação Cooperativa Internacional) tem como definição “uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns e aspirações através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida” outro ponto de grande importância nessa definição é o direito igualitário de voto: “cada membro, seja qual for o capital subscrito, tem igual direito de voto e influência” (HOLYOAKE, 1933, p. 86).

Para alguns autores existem também uma aura sobre as cooperativas, pois em períodos de crises elas surgem como “salvadoras” e é normal nesses momentos as pessoas se unir para montar uma cooperativa. Porém não podemos dizer que apenas elas constroem entre si essa aura esse simbolismo:

Existe em torno das cooperativas e do cooperativismo um grande cinturão de interpretações e de ações que transmudam tudo. O governo utiliza as cooperativas como instituições que servem para canalizar recursos vinculados às políticas públicas de desenvolvimento; os partidos políticos incluem as cooperativas e o cooperativismo como pontos de apoio aos seus programas partidários, e os sócios das cooperativas compõem esse xadrez formando cooperativas para usufruir os benefícios que porventura estejam disponíveis. (ALBUQUERQUE E CIRINO, 2001, p. 76).

Devemos do mesmo modo analisar o cooperativismo que se instala hoje como algo distante do que seus pensadores idealizaram. Hoje a maioria das cooperativas não buscam um viés de uma sociedade mais igualitária; para muitos, é apenas uma forma de inserção no mercado capitalista. Mesmo com essa contradição gigante, a forma como as cooperativas surgem e como as pessoas que se inserem nelas atualmente podem ser facilmente diferenciadas de um ideal completamente do capitalismo “puro”, os modelos de educação e



união propostos pelas cooperativas evidenciam muito essas diferenças. Segundo Pereira, “o cooperativismo utilizará frequentemente (pelo menos em suas origens) o conceito de comunidade, uma vez que ele surgirá com a justificativa de combater as transformações causadas pelo avanço do capitalismo” (PEREIRA, 2012, p.31).

Com um objetivo de ser uma alternativa ao sistema capitalista o cooperativismo se espalhou pelo mundo, mostrando uma forma de organização que atua em várias frentes das economias, alguns princípios básicos são mantidos desde a primeira cooperativa que estão relacionadas a forma de gestão, adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

No Brasil o crescimento das cooperativas nos primórdios foi baseado principalmente por ações governamentais que visavam fomentar o setor agrícola, áreas que até hoje tem grande destaque no país.

O financiamento do agricultor pelas organizações cooperativistas de crédito agrícola é o sistema vitorioso no mundo, pelo conhecimento local das condições do trabalho agrícola e da técnica e da economia da agricultura que possuem os seus dirigentes, representantes diretos dos agricultores, e por eles voluntariamente eleitos. (LUZ FILHO, 1933, p.20).

Diversos fatores beneficiam o cooperado rural, pois sem essas condições da cooperativa não teriam condições de permanecer no mercado, porque sempre estariam em desvantagem, em todos os processos desde a compra dos insumos até as vendas de produtos. Após 1950 as cooperativas passaram a ter incentivos cada vez maiores: elas cresceram principalmente em duas áreas, ou seja, no setor agrícola e no setor de crédito. Esse, por sua vez, começa com o crédito rural.

As cooperativas no Brasil começam a se desenvolver no final do século XIX em diversos pontos do país, mas umas das experiências de maior impacto para o período foi a cooperativa fundada na Linha Imperial, hoje na cidade de Nova Petrópolis no Rio Grande Sul. Após a fundação da Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul, surgiram as primeiras experiências de crédito rural, também conhecidas como caixas rurais. Segundo Werle, essas cooperativas tinham alguns diferenciais: “uma característica comum nas primeiras Cooperativas de Crédito Rural fundadas no sul do Brasil é a ausência de capital inicial, pois os associados não eram obrigados a fazer nenhum depósito na sua admissão” (WERLE, 2014, p. p. 102). Posteriormente essa política foi modificada.

É interessante perceber que nesses primeiros movimentos cooperativos do Rio Grande do Sul a igreja teve um papel fundamental, principalmente na figura do Padre Theodor Amstad, que ficou marcado por suas andanças pelo estado na disseminação do cooperativismo. É importante destacar que a influência da igreja não se limitou apenas ao estado do Rio Grande do Sul, mas teve grande impacto em estados como Santa Catarina, Paraná, Bahia entre outros. Segundo autores como Pereira, esse processo de formação de cooperativas foi transformado

Numa ferramenta de (re) ação contra os problemas causados pela exposição das pequenas economias coloniais (camponesas) a um mercado de características capitalistas, amparada na ideologia da auto-ajuda-mútua dos sujeitos destas novas comunidades, na educação para o mercado e na capitalização de suas pequenas economias”. (PEREIRA, 2012, p. 20)

Nesses primeiros anos do cooperativismo outro ponto marcante foi a pouca interferência do estado, somente a partir da era Vargas começam a ser desenvolvidas políticas para regulamentar essas instituições, mas um controle maior por parte do estado só é implementado com maior rigor a partir de 1960, a Lei 5.764/71 como um divisor de águas

para o movimento. Foi depois dela que as cooperativas passaram a ser enquadradas em modelos empresariais, possibilitando assim um crescimento em larga escala como queria o governo, principalmente no setor do agronegócio, que era visto com melhores olhos pelas elites políticas e econômicas. Neste segmento se via a possibilidade de conseguir um equilíbrio na balança comercial com a produção de *commodities*, principalmente com soja que segundo Hasse chegou a ser de 90% de toda a exportação, e “pelo menos no governo do general Ernesto Geisel (1974-79), elas chegaram a ser vistas como uma alternativa ao poder das multinacionais no comércio mundial de *commodities* agrícolas” (HASSE, 1996, p.45).

Posteriormente, na década de 1970, houve o período que é chamado de década perdida 1980, que também afetou de forma direta as cooperativas que passaram por grandes dificuldades para se manter. Isso se manteve até meados dos anos 1990, onde novamente o estado volta a realizar políticas de incentivo às cooperativas que aumentam de forma considerável com a eleição para presidente de Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2002, principalmente as cooperativas de menor porte que são incluídas em diversos projetos do governo federal.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA

Junto com esse crescimento cooperativo a partir do ano de 2002 um dos ramos do cooperativismo começa a receber uma maior atenção por parte dos governos petistas, as cooperativas de economia solidárias ganham um grande reforço com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Essa pasta do governo passa a desenvolver em larga escala projetos que buscam viabilizar um modelo novo de pensar a economia, e isso se dá principalmente através da formação de cooperativas de economias solidárias e de cooperativas que buscam adaptar suas políticas para fomentar o desenvolvimento solidário.

Para que possamos entender um pouco melhor o contexto do estágio atual da economia solidária precisamos fazer um resgate de seu passado no Brasil, Paul Singer defende que o início da economia no país ocorre principalmente pela organização social.

Esta decorreu inicialmente por iniciativas de entidades e movimentos da sociedade civil. Empreendimentos de economia solidária praticamente sempre houve, como reação ao desemprego em massa ou sob a forma de auto-sustento de indígenas, quilombolas e outras comunidades ditas 'tradicionais'. Constituíam experiências esparsas pelo território, sem poder de aglutinação ao seu redor dos movimentos sociais e portanto sem poder de mobilização política das classes subalternas. (SINGER, 2008)

Dentro desse processo de surgimento da economia solidária devemos considerar de forma expressiva uma parte da Igreja Católica, principalmente a linha que seguia a Teologia da Libertação. Esse segmento atuava principalmente através da inserção dentro dos movimentos sociais fomentando a luta pela democracia. Dentre as áreas de maior atuação podemos citar no campo a ajuda na organização dos movimentos como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), assim como outros movimentos que de alguma forma eram excluídos pelo sistema vigente. Segundo Paul Singer “Foram estes movimentos sociais que se defrontaram, a partir de 1990, e começaram a organizar as vítimas do tsunami econômico em empreendimentos autogestionários, alguns surgidos de empresas capitalistas grandes e médias em crise” (Singer, 2008).

Essa expansão dos movimentos de economia solidária pelo país nos anos 1990 se deram de forma considerável com diversos estados e municípios fomentando através de políticas públicas. Os lugares onde houve maior expansão da economia solidária foram no estado Rio Grande do Sul e na cidade de São Paulo em gestões de governos petistas, esses

com uma forte ligação com os movimentos sociais. Por isso não é de se surpreender que também em um governo petista na esfera federal foi desenvolvida a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) que foi muito importante para uma consolidação dessa forma de organização.

A SENAES define a economia solidária como uma forma de organização que se desenvolve a partir de uma nova conjuntura, e pode ser observada em diversos ramos da economia.

“A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão”. (SENAES, 2018).

Segundo Camila Caplace “uma grande inovação trazida por esse movimento de economia solidária é o que podemos denominar de novo cooperativismo, em detrimento do cooperativismo tradicional, preponderante no Brasil e voltado para as cooperativas agroindustriais” (CAPLACE, 2010, p. 45). Ainda podemos destacar quem eram as pessoas que mobilizaram esse grande crescimento.

Em geral atuantes nos processos de renovação da democracia no país como sujeitos coletivos representados nos sindicatos, igrejas, universidades, entidades civis de direitos humanos e partidos de esquerda, no caso, principalmente o Partido dos Trabalhadores. No conjunto, esses sujeitos migram das ações

mais reivindicatórias de enfrentamento do desemprego e da qualidade das relações de trabalho, junto ao poder público e ao empresariado, para a colaboração com soluções pragmáticas ao deserto da desocupação. Não qualquer solução, é claro, mas as que tivessem os traçados da economia solidária. (BARBOSA, 2007, p. 90)

Paul Singer define a economia solidária como “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER: 2002, p.10). Essa forma de organização busca retirar da marginalização social, pessoas que o sistema econômico exclui por não conseguir se encaixar nos padrões de mercado. Podemos perceber o crescimento desse modo de organização principalmente em áreas de menor importância para o mercado. É possível citar como exemplo a reciclagem e a agricultura familiar.

Alguns princípios da economia solidária são fundamentais para conseguirmos fazer sua diferenciação das demais formas de organização, segundo a SENAES existem quatro princípios que são fundamentais:

Cooperação: ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados. Autogestão: as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos. Ação Econômica: sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo; Solidariedade: a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio

ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável.  
(SENAES, 2015)

Esses princípios de organização são fundamentais para essas cooperativas de economia solidárias, visto que é a partir desse pensamento que ocorre a inclusão social que esse modelo econômico propõe. Segundo Paul Singer esse crescimento precisa ser constante para que no futuro “os espaços políticos em que esta construção pode se dar poderão ser alargados na mesma medida que a economia solidária vai experimentando vias alternativas de progresso” (SINGER, 2008).

Os três pontos levantados até esse momento, são de extrema importância para entendermos o trabalho, pois os mesmos mostram ter uma relação intrínseca entre a agricultura familiar, o cooperativismo e a economia solidária. Os três juntos estão modificando a forma de pensá-los, já que, proporcionam a competitividade para pequeno o produtor rural e além disso carregam consigo toda uma carga de formação política e social que o cooperativismo e economia solidária trazem em sua formação.

## **CAPÍTULO II: O COOPERATIVISMO EM SANTA CATARINA**

No estado de Santa Catarina, as cooperativas começam a se desenvolver a partir do século XIX, mas o período de maior crescimento se deu principalmente a partir da segunda metade do século XX. Isso ocorre principalmente devido aos grandes incentivos por parte do governo federal para o crédito rural subsidiado.

Devido às dificuldades da época, a maioria das cooperativas do estado não conseguiram se manter. Hoje a cooperativa mais antiga de Santa Catarina é a cooperativa de crédito rural Sicoob Creditapiranga, localizada na cidade de Itapiranga, extremo oeste do estado, fundada em 21 de outubro de 1932. Outra cooperativa desse mesmo período e que ainda continua em funcionamento é a Sociedade Cooperativa Mista de Palmitos, da cidade de Palmitos, hoje atuando com o nome de Cooper A1. É a mais antiga cooperativa agrícola do estado fundada em outubro de 1933.

Outro ponto importante que é ressaltado pela OCESC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) é:

Entre as décadas de 1940 e 1950 ocorreu uma expansão nos ramos de atuação das cooperativas, que deslocaram seu eixo para além da zona rural. Em Santa Catarina, o período entre 1944 e 1951 foi marcado principalmente pela criação das sociedades de consumo, que tinham por objetivo atender as necessidades de compra de seus cooperados (OCESC, 2011, p.24).

Esses três ramos do cooperativismo foram os de maior destaque no estado de Santa Catarina: o cooperativismo de crédito, cooperativismo agrícola e cooperativismo de consumo. E é importante sempre destacarmos que com grande incentivo das políticas de estado.

No oeste de Santa Catarina, região de tradição agrícola e extrativista, o processo de



modernização da agrícola começou a se desenvolver a partir da década de 1960, seguindo o discurso que condenava o atraso da agricultura brasileira. E nesse sentido o cooperativismo foi fundamental para essa modernização. Os agricultores viam o cooperativismo como uma forma de fugir dos atravessadores e dos comerciantes desonestos que por muitas vezes acabavam ficando com boa parte da safra dos produtores.

Para fazermos uma análise do crescimento das cooperativas na região podemos pegar como base as cooperativas agropecuárias, segundo a PROESTE (Projeto Integrado de Desenvolvimento das Cooperativas do Oeste) no início da década de 1960 o oeste de Santa Catarina contava com 18 cooperativas agropecuárias; já em 1971 o número chegava a 82. Essas se dedicavam a “comercialização de cereais, suínos, produtos de laticínios, avicultura, erva-mate, fruticultura, farinha e fécula de mandioca e outros produtos, além de promover a compra em comum de fertilizantes, corretivos, defensivos, máquinas e outros bens de produção” (MORAES, 1971, p.4).

Esse crescimento das cooperativas no estado catarinense e conseqüentemente na região oeste é contínuo até a década de 1990, onde há primeiro decréscimo que acontece principalmente devido a crise econômica enfrentada pelo país e as políticas neoliberais adotadas. Com o estado diminuindo drasticamente os incentivos para o setor houve também uma queda no número de associados e cooperativas.

## OS PRIMEIROS PASSOS DA COOPER FAMILIAR

Segundo a primeira ata da Cooper Familiar, no dia 17 de abril de 1995, no salão de festas da igreja matriz Santo Antônio em Chapecó, foi realizada a assembleia de fundação da cooperativa Cooper Familiar. Essa cooperativa foi criada devido ao amadurecimento do debate dentro do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sobre a necessidade e a

importância de ter um instrumento que viabilizasse o trabalho de cooperação agrícola nas compras de produtos e insumos. É importante ressaltarmos que os fundadores dessa cooperativa eram todos pequenos agricultores da microrregião de Chapecó.

O primeiro ano da Cooperativa não foi muito fácil, e os principais empecilhos para o crescimento planejado foram as dificuldades financeiras da cooperativa: com pouco crédito era difícil fazer a compra de sementes e insumos, e para além disso a entrada do real como moeda oficial brasileira gerava insegurança aos envolvidos. Mas esse primeiro momento também teve diversas conquistas, principalmente as relacionadas à organização da cooperativa e a conscientização dos sócios da importância da mesma. Ainda no sentido da conscientização dos associados, a cooperativa buscou trazer para dentro das suas discussões a importância de uma “agricultura natural”, que nos dias atuais veio a ser conhecida como produção agroecológica.

No ano de 1996 a cooperativa Cooper Familiar dá um passo muito significativo para o seu futuro, incluindo como um de seus objetivos sociais a produção e comercialização de produtos agrícolas, hortifruti, entre outros. Essa foi uma forma de obter uma maior renda para os seus associados, pois segundo os mesmos era inviável uma cooperativa da agricultura familiar apenas fazer compras e vendas de cereais, sabendo de toda a diversidade de produção que esse grupo social possui, dentre eles:

Produção alternativa e a comercialização de salame, leite, melancia, moranga, melão, mel, cachaça, cebola, queijo, sementes, verduras, hortaliças, peixe, rãs, frutas, adubos, húmus, ervas medicinais, madeira de reflorestamento, vassoura, erva mate... (ATA 04, 1996)

Em 1997 um fator proporciona um novo impulso para a cooperativa: inicia-se uma nova administração da prefeitura de Chapecó, com o primeiro governo de José Fritsch, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (1997 - 2000), que se propôs a pensar uma nova forma de fomentar a economia rural do município, dando uma maior atenção aos pequenos produtores.

Também previa a abertura de diversas portarias municipais com a intenção de beneficiar esses agricultores. Essa mudança na maneira de gerir o município ajudou a movimentar a cooperativa que passou a incentivar e dar formação para que seus associados conseguissem formar grupos produtores de hortifruti, além de construir pequenas agroindústrias familiares, com a intenção de ter produtos de qualidade e competitivos para colocar nesse novo mercado.

O trabalho será voltado em primeiro plano em grupos como: hortifrutigranjeiros, gado de leite, piscicultura, pequenas fabricas ou industrias, microbacias ambientais [...] para agregar mais recursos para o produtor. (ATA 4, 1997)

A ideia, por parte do município, era montar feiras em diversos pontos da cidade com produtos oriundos da agricultura familiar. Uma ideia influenciada por outras experiências de sucesso, que com essas políticas de inclusão e movimentação de renda, conseguiram tirar diversas famílias de situações econômicas deficitárias, com intuito torná los parte do processo econômico.

Mesmo com essa possibilidade de crescimento um fator começa a preocupar os cooperados: os sucessivos aumentos de impostos nas negociações, tanto bancárias quanto de compra e vendas, de produtos, ações que acabavam por inviabilizar boa parte das atividades realizadas pela Cooper Familiar. E nesse sentido mais uma vez podemos ver a interferência de forma direta das políticas governamentais que impactam na cooperativa, nesse momento por parte do governo federal, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

No ano de 2001 a Cooper familiar passou a utilizar o slogan Sabor Colonial como sua marca, possibilitando criar uma gama de clientes aos produtos da cooperativa. Na discussão da marca diversos pontos foram levantados, inclusive com a ideia de possibilitar maior destaque a produtos agroecológicos, com a criação de um selo agroecológico. Mesmo com

essa iniciativa as perdas no ano da cooperativa foram muito grandes, se dando principalmente pelo momento econômico difícil do país, que limitava o poder de compra das famílias.

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO GOVERNO LULA DE 2003 A 2010

A partir do ano de 2003 a Cooperativa teve um maior número de políticas sociais oriundas do governo federal, dessa vez através de programas como o Fome Zero e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que tinha como principal fornecedores os produtores da agricultura familiar. A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) também tem um papel destacado nesse processo, pois foi uma empresa estatal que foi fortalecida nesses governos para cumprir um papel de extrema importância, a compra direta dos alimentos.

É importante ressaltarmos a importância desses programas, o Fome Zero que além de fomentar a economia dos pequenos produtores rurais, teve uma enorme importância para um dos maiores problemas do Brasil no século XX, a fome segundo Tomazini o programa foi importante pela grande articulação envolvida:

“O Programa Fome Zero representou inicialmente a principal resposta política na área social do novo governo, formada por iniciativas políticas e institucionais que mobilizaram um conjunto de ministérios, demandando capacidade de articulação intersetorial do governo recém empossado. Do ponto de vista das ideias e dos grupos políticos que as defendiam, representou a ascensão ao processo decisório governamental, em um *locus* institucional com *status* de ministério, de um paradigma da ação pública favorável às políticas de segurança alimentar “. (TOMAZINI; LEITE, 2018)

O programa Fome zero foi criado com base em estudos sobre a fome no Brasil. Um dos documentos mais importantes foi elaborado pelo instituto cidadania e coordenado por José Graziano da Silva. A fome que no início do século XXI afetava um número muito

expressivo de cidadãos, que ao contrário do senso comum não estava vivendo exclusivamente no sertão nordestino, mas a sua maioria encontrava-se nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras de todas as regiões do país. É importante ressaltarmos que boa parte da população que estavam em situações precárias nas cidades brasileiras, eram resultados do grande êxodo rural dos anos 1990. Essas pessoas em sua maioria eram oriundas de pequenas propriedades do interior que não conseguiam se manter devido a falta de apoio do estado para os mesmos.

Nesse sentido o programa foi pensado para buscar a resolução de dois problemas sérios do Brasil: o êxodo rural e a fome. Dessa maneira a Cooper Familiar ganhou protagonismo, com uma base composta por agricultores familiares a cooperativa conseguiu se encaixar dentro desse projeto, fazendo vendas e aumentando a renda dos seus associados e conseqüentemente facilitando a permanência dos mesmos na agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos ou PAA também foi um programa que impactou muito a vida dos brasileiros principalmente aqueles dependentes da agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. (Ministério do desenvolvimento agrário. 2018).

O PAA foi um programa desenvolvido no âmbito do programa Fome Zero que contribuiu para a formação de estoques públicos de alimentos, e também na compra

regionalizada por parte das instituições públicas. Dentre outros aspectos, o PAA privilegia uma agricultura diferenciada, com um viés agroecológico.

O PAA é um programa que beneficia não apenas as entidades socioassistenciais e agricultores familiares, mas toda uma rede de relações estabelecidas entre a produção e o consumo. O PAA é muito importante para a economia local, haja vista que, de um lado, busca fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar, com o incentivo à participação de mulheres no mercado e cultivo de alimentos orgânicos, bem como da sociobiodiversidade; e de outro lado, busca efetivar a segurança alimentar de parte da população brasileira, que ainda vive em situação de risco nutricional. (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2018)

A importância do PAA para os agricultores familiares é muito grande, e dentro da Cooper Familiar ele pode ser observado:

A Cooper Familiar coloca o balancete do ativo e passivo do programa de venda direta para a CONAB, o projeto e no valor de 405.000,00 reais aprovados, já foram liberados e depositados 280.000,00 reais nas contas de 162 agricultores cadastrados na cooperativa” (ATA 33, 2006)

O PNAE é outro programa que foi de extrema importância para a agricultura familiar e para a Cooper Familiar, mas como devido a sua aprovação em 2009 ainda não foi algo muito presente durante o recorte temporal utilizado no trabalho (1995 - 2010). Mas os primeiros passos podem ser notados com as compras da merenda escolar por parte dos municípios, que recebiam diversos incentivos do governo federal para a compra de alimentos orgânicos. Já no ano de 2006 se tem registros nas atas da cooperativa Cooper Familiar de compras destinadas a alimentação escolar: “merenda orgânica o valor é de 91.600,00 reais para 12 escolas com a possibilidade de entrarem mais 15 no projeto” (ata 34, 2006).

Esses programas foram, e são, todos de extrema importância para dar maior segurança financeira aos pequenos produtores, pois com a “certeza” de uma venda fixa, os agricultores conseguem melhorar seu padrão de vida, tendo acesso a bens de consumo antes improváveis de ser alcançados.

Um outro ponto que pode ser destacado não é especificamente um programa social, mas também foi de grande importância para a cooperativa Cooper Familiar: as linhas de créditos abertas para pequenas cooperativas facilitaram investimentos maiores em estrutura e ajudaram o giro econômico da mesma.

### ECONOMIA SOLIDÁRIA

O modelo econômico da cooperativa Cooper Familiar sempre foi voltado para buscar uma maior igualdade na divisão dos lucros entre os associados. Um dos aspectos que são considerados para colocar uma cooperativa como uma instituição de Economia Solidária, é necessário uma consciência política por parte dos associados, o que na cooperativa também é algo muito presente, principalmente devido a sua origem se dentro de uma instituição sindical (STR - Chapecó). Mesmo com esses dois aspectos de grande relevância a Cooper Familiar não é uma cooperativa de economia solidária, mas trabalha no sentido de fomentar esse modelo de pensar a economia, incentivando a agroecologia, uma divisão de renda mais justa e uma maior politização por parte dos cooperados.

Dentro do período proposto para a análise deste trabalho (1995-2010) podemos perceber os diversos movimentos da Cooper Familiar no sentido de fomentar a economia solidária, principalmente através de seminários de incentivo à agroecologia e formações sobre gestão financeira.

## UM COMPARATIVO ENTRE OS GOVERNOS FHC E LULA

Para fazermos essa análise é importante levarmos alguns pontos em consideração. O primeiro ponto são os modelos econômicos adotados por ambos os governos: o governo FHC tinha uma política neoliberal, que visava a venda das estatais, de uma menor interferência do estado na economia e com pouquíssimas políticas públicas inclusivas para a população mais fragilizada. Já o governo Lula, por sua vez, foi marcado pela grande quantidade de políticas públicas voltadas para a classe dos menos privilegiados. Isso sem dúvida teve um grande reflexo sobre as pequenas cooperativas como a Cooper Familiar.

Como já foi colocado neste trabalho, as cooperativas precisam de incentivos do estado para conseguir competir em um mercado dominado por grandes empresas, e quando o mesmo se ausenta desse processo, as cooperativas tendem a reduzir seus tamanhos ou até mesmo deixar de existir. Nesse sentido, quando fizemos a análise do surgimento da Cooper Familiar podemos perceber o quão difícil foi para esses pequenos produtores organizar e manter a cooperativa com muito pouco apoio dos governos.

Outro ponto importante de ser levado em consideração sobre as políticas públicas, é que as mesmas não são frutos de um governo ou outro, a maioria delas estão previstas na constituição de 1988, mas poucas vezes são colocadas em práticas, fazendo com que a lei maior muitas vezes não passe de um “amontoado de ideias”. Por sua vez, os governos que as colocam em práticas são muitas vezes taxados de populistas.

Fazendo uma comparação direta entre os governos FHC e Lula, em relação às políticas de incentivo a pequenas cooperativas, podemos perceber com total clareza que o governo Lula teve maior impacto e participação nesse processo. Os principais demonstrativos disso são os diversos programas que deram maior espaço à agricultura familiar, principalmente através de programas como o PAA, PNAE, fortalecimento da CONAB e a maior facilidade para ter



acesso ao crédito agrícola.

Dentro da Cooper Familiar podemos usar um exemplo que deixa bem evidente a diferença entre os dois governos, e isso pode ser visto no poder de compra dos pequenos produtores. No governo FHC, dificilmente conseguiam ampliar sua produção ou construir novas agroindústrias ou pequenas fábricas; os mesmos tiveram maior facilidade para conseguir financiamentos no governo Lula, também porque tinham uma maior renda advinda de projetos como a compra direta feita pela CONAB através do PAA ou do PNAE. Analisando especificamente a cooperativa pesquisada no trabalho, podemos perceber um grande crescimento da receita bruta e nas estruturas físicas para atender as demandas cada vez maiores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante analisarmos que a Cooper Familiar hoje cumpre um papel muito importante dentro da sociedade, dando a possibilidade de pequenos produtores venderem seu produtos a preços dignos, além de fomentar ideias agroecológicas e uma política econômica solidária. Devemos ter conhecimento que muitos passos ainda precisam ser dados para que a cooperativa atinja todo seu potencial: o número de associados precisa de um aumento significativo e a estrutura física melhorada. Além disso é necessário um processo de conscientização maior por parte dos cooperados do verdadeiro significado do cooperativismo, que vai muito além de conseguir um valor de mercado em suas mercadorias.

O cooperativismo, assim como está posto dentro da Cooper familiar, pode ser algo além de uma forma de agregar valor aos produtos, pode vir a ser uma forma de conscientizar os cooperados da exploração desenfreada que o atual sistema econômico propõe, podendo futuramente transformar essa cooperativa como uma das formas de oposição ao modelo econômico capitalista.

Devemos mais uma vez ressaltar que para um crescimento desse modelo de cooperação é necessário que o estado, através de suas políticas governamentais, dê as condições e incentivos necessários para esse desenvolvimento. Sem essas políticas, essas formas de organização tendem a sucumbir às pressões das grandes corporações, aumentando assim os problemas sociais devido êxodo rural, o surgimento de favelas nos centros urbanos é apenas o primeiro sintoma desse êxodo, mas não o único.

Os impactos dos programas governamentais como Fome Zero, PAA e o PNAE são evidentes em todos os aspectos analisados dentro da cooperativa. O primeiro impacto que podemos observar é o crescente aumento da renda dos associados. Mas não podemos limitar a isso: quando voltamos nosso olhar para as propriedades percebemos uma grande melhoria na qualidade dos produtos, melhores estruturas e a luta cada vez maior por uma produção que

seja voltada para agroecologia, conquistas essas que os agricultores familiares dificilmente alcançariam sem programas que garantisse uma renda constante a essas famílias.

Podemos dizer que o recorte final dessa pesquisa (2010) mostra um dos períodos de maior estabilidade da Cooper Familiar, além da estabilidade que a cooperativa desfrutava devido às diversas políticas de inclusão voltadas aos pequenos agricultores, precisamos ressaltar um elemento muito importante para uma instituição gerida com intuito de maior justiça social. A democracia, essa que hoje (2018) corre sérios riscos, é fundamental para sequência de um modelo de cooperação que visa maior igualdade entre os cooperados, e que luta por uma sociedade diferente, mais justa, mais saudável e com menor exploração sobre os agricultores familiares.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

Cooper Familiar. **Livro ata de assembleias gerais ordinarias e extraordinarias.** Chapecó, 1995 a 2010.

Cooper Familiar. **Livro ata do conselho administrativo.** Chapecó, 1995 a 2010.

### Referencial Bibliográfico:

A secretaria Nacional de Economia Solidária. **In: secretaria nacional de economia solidária. Economia Solidária em Desenvolvimento.** MTE, Brasília, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo, **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 1992.

AGRARIO, Ministério do Desenvolvimento. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: 15 maio 2018.

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; CIRINO, Carlos da Silva. **Expectativas e**

**crenças dos usuários sobre as cooperativas agrárias.** Revista RPOT/UFSC. Vol.1, nº 2, jul/dez.2001. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/6716>

ALVES, Marcos Antonio Péres. **Cooperativismo - Arte &Ciência.** São Paulo:Universitária, 2003.

BARBOSA, R. N. de C. **Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho.** In: SILVIA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luís, MA:FAPEMA, 2006.

CAPACLE, Camila. **Política social de economia solidária.** 2010. 169 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

CUNHA, Wellington Alvim da; FREITAS, Alan Ferreira de; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. **Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG.** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032017000300427#aff1](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000300427#aff1)>. Acesso em: 31 out. 2018.

HASSE, Geraldo. **O Brasil da soja: abrindo fronteiras, semeando cidades.** Geraldo Hasse; fotos de Fernando Bueno. Porto Alegre: L&P, 199

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de rochdale: história dos probos pioneiros de rochadale.** Rio de Janeiro; gb (Brasil) 1933 124 P.

LUZ FILHO, Fábio. **Cooperativismo e Crédito Agrícola.** São Paulo: Livraria Acadêmica,

193

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence, **História das Agriculturas no mundo – do neolítico á crise contemporânea.**

PEREIRA, Josei Fernandes. **Elos & Correntes: história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930).** Porto Alegre: Sescop/RS, 2012

RECH, Daniel, **Cooperativas: Uma alternativa de organização popular,** Rio de Janeiro, DP&A editora, 2000

RICCIARD, Luiz, LEMOS, Roberto Jenkns, **Cooperativa, a empresa do século XXI.** São Paulo, editora LTDA, 2000.

SCHNEIDER, João Elmo. **O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso Brasileiro.** In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

SCHNEIDER, Sergio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, p.99-121, fev. 2003.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Relações entre sociedade e estado na economia solidária.** 2008. Disponível em:<<http://paulsinger.com.br/relacoes-entre-sociedade-e-estado-na-economia-solidaria-paul-singer-2008/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

TEDESCO, João Carlos . **Agricultura Familiar – realidade e perspectivas**. 3 edição, Passo Fundo, UPF,2001

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. **Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782016000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200013)>. Acesso em: 30 out. 2018.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

WERLE, Márcio José. **"Um por todos e todos por um", uma história das Caixas Rurais / Márcio José Werle; orientador, João Klug - Florianópolis, SC, 2014. 211 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.**